

# A ORGANIZAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO DOS ANOS 90

Loraci Hofmann Tonus\*

**Resumo:** A autora reflete a respeito da influência da crise capitalista e dos paradigmas do neoliberalismo na atual conjuntura de desmonte que caracteriza as organizações de trabalhadores, mais precisamente os sindicatos de trabalhadores em educação, neste final de século. De acordo com o texto, diversos fatores poderiam estar contribuindo para a desmotivação de professores em relação ao engajamento nas lutas sindicais: grevismo, descentralização, eleição de diretores, patrulhamento ideológico, representatividade sindical e ausência de uma utopia construída coletivamente.

**Palavras-chave:** Organização docente, representatividade sindical, participação.

## Introdução

Se a democracia é hoje menos questionada do que nunca, todos os seus conceitos satélites têm vindo a ser questionados e colocados em crise: a **patologia da participação**<sup>1</sup>, sob a forma do conformismo e da apatia política; a patologia da representatividade, sob a forma de distância entre eleitores e eleitos, do ensimesmamento dos parlamentares, da marginalização e governamentalização dos parlamentos, etc. (SANTOS, 1996, p. 21).

---

\* Docente do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, Unidade de Pato Branco e Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista, campus de Marília.

Santos (1996) explicita uma das características desta década no que diz respeito à organização da sociedade segundo a qual a delegação de poderes para outrem governar em seu nome faz com que os cidadãos se eximam da sua tarefa de cobrar os resultados que esperam de seus representantes. Particularmente, este artigo pretende discutir a *patologia da participação* que se observa também nas organizações docentes. E para compreender os porquês da apatia, da crescente desmobilização dos professores e da situação de desmonte a que estão sujeitos os sindicatos, torna-se imprescindível ler a nossa época, já que *a perspectiva histórica é elemento fundamental para a compreensão do presente e das raízes das práticas consolidadas* (MACHADO, 1996, p. 3) e que os rumos do movimento docente são determinados, em grande medida, pela conjuntura econômica e social.

### **Os mecanismos de exclusão do ser-que-vive-do-trabalho**

A rapidez e a intensidade com que tudo tem acontecido(...) trivializa a realidade, banaliza-a e impede-a de exercer a capacidade de surpreender e empolgar. (...) Há uma certa liberdade para a criatividade teórica, mas (...) nas atuais condições de aceleração da história, é possível pôr a realidade no seu lugar sem correr o risco de criar conceitos e teorias fora do lugar? (SANTOS, 1996, p. 19-22)

Temos a noção dos limites que a leitura de uma época na qual estamos inseridos nos impõe enquanto observadores. Certamente corremos o risco de apresentar uma visão parcial da realidade, pois não nos é permitido, ainda, o distanciamento temporal, responsável, em parte, pela objetividade crítica. De qualquer forma, a maioria dos pontos que pretendemos levantar já fazem parte de uma espécie de consenso generalizado sobre as características do sistema capitalista neoliberal e daí que o risco de se fazer uma análise imperfeita se reduz um pouco.

Basta-nos abrir o jornal ou ligar a televisão para nos defrontarmos com as palavras-chave do discurso recorrente desta época: globalização, mercado, capital internacional, desemprego, privatização. A sensação que isso nos traz é que estamos vivenciando

um processo irreversível e avassalador, contra o qual nada podemos fazer, a não ser tentar acompanhá-lo sem perdermo-nos no/do tempo.

No entanto, se para Kant são as idéias e, para Marx, são as ações que criam a realidade, hoje a realidade parece estar sendo criada pelo discurso. Por exemplo, fala-se que vivemos a irreversibilidade da globalização e começamos todos a nos sentir globalizados. Mas, com exceção dos transtornos econômicos que já sofríamos em outras épocas por interferência dos organismos internacionais, o que realmente a globalização tem mudado em nossa vida cotidiana?

Se por globalização adotarmos os conceitos citados em Machado (1996, p. 91) como sendo a “*intensificação das práticas transnacionais, internacionalização da economia, translocalização de pessoas (migrantes/turistas), redes planetárias de informação e de comunicação*”, cabe-nos perguntar qual é o percentual da população mundial realmente atingido por tais mudanças. Quantos são os que têm condições de praticar turismo internacional, de mover-se, a trabalho, de um país para outro ou que, no mínimo, têm acesso à internet? A grande maioria, talvez, a globalização possa ser traduzida na visualização, em lojas comerciais, de produtos estrangeiros que não pode comprar.

Assim, se há um discurso sendo veiculado para propor a criação de um sentimento de ‘globalização’, não podemos esquecer também que no contraponto de cada discurso posto há um discurso silenciado (CHAUÍ, 1980). A proposição de que não há vida econômica saudável para um país fora do ambiente da globalização ou do pensamento econômico neoliberal pretende nada mais que promover a passividade das populações que têm de arcar com o peso do desemprego e da exclusão social que tais opções trazem em sua gênese. Quando se admite que algo é inevitável, minam-se as resistências. A luta é dada como perdida de antemão, numa aceitação fatalista da derrota.

Provavelmente, a mudança mais importante promovida pela atual fase do capitalismo seja aquela efetuada nas relações entre capital e trabalho. Enquanto o desemprego cresce assustadoramente, há um crescimento visível da economia informal e do emprego informal. Uma das tendências do momento, adotada por grandes e médias empresas é a terceirização, na qual o trabalhador abre mão de seus direitos

empregatícios para manter sua renda e se torna um prestador de serviços autônomo, uma espécie de micro-empresário em que parte de seu salário se reverte em impostos para manter a sua própria empresa funcionando. De acordo com a ótica dos donos do capital, tal estratégia diminuiria os gastos com impostos e indenizações trabalhistas. Já o trabalhador alega que, na atual crise do emprego, antes algo assim que ficar sem com que se manter. O prejuízo mais evidente dessa prática é a redução da classe operária e, conseqüentemente, do poder sindical.

Outra característica dessa nova ordem mundial é a premência pela educação. Essa urgência se mostra principalmente nos países dependentes, em que boa parte das vagas existentes no mercado não são preenchidas devido à falta de qualificação da mão-de-obra disponível. Não são poucas as empresas que hoje optam pela contratação de *head hunters*<sup>2</sup> na tentativa de encontrar os profissionais altamente capacitados de que necessitam. Hoje, o profissional desejado é aquele que aprende a aprender, tem formação flexível, raciocínio lógico desenvolvido, competência comunicativa, é ágil na tomada de decisões, é individualista ao mesmo tempo que sabe trabalhar em equipe, é ambicioso e tem iniciativa. Essas breves características já são capazes de excluir grande parte dos trabalhadores do mercado e, se esse paradigma se tornar permanente, a tendência é que o contingente sem emprego se multiplique nos próximos anos.

É, no entanto, em virtude de tal conjuntura que o pensamento neoliberal justifica o desemprego e o vê como um problema possível de ser solucionado a longo prazo. Afirma-se que emprego há. O que não se encontra é gente qualificada para atender às exigências do mercado. Daí a urgência em investir-se em educação e em atualização.

O mercado, aliás, é o grande deus do momento, o grande regulador das economias mundiais e desde o início da sociedade industrial desmente um dos principais pressupostos do ideário liberal: o da livre concorrência. Defendido apaixonadamente por prêmios nobéis da economia como Hayek (1984) e Friedmann (1985), *o mercado adquiriu pujança sem precedentes*: extravasou o campo da economia e não aceita mais o papel regulador do Estado.

No plano econômico (...) o crescimento explosivo do mercado mundial (...) torna possível contornar, senão mesmo neutralizar,

a capacidade de regulação nacional da economia; os mecanismos corporativos de regulação dos conflitos entre capital e trabalho (...) enfraquecem e a relação salarial torna-se mais precária (SANTOS, 1996, p. 87-88).

As grandes conseqüências dessa supremacia do mercado para os países em desenvolvimento são a exclusão social, a crescente redução do direitos do trabalho e o enfraquecimento das possibilidades de reação das populações atingidas. A exclusão se dá porque no âmago da ação da livre concorrência - pressuposto básico caro ao liberalismo clássico - não há espaço para o chamado *fair play* e isso decreta a falência das empresas com menor poder econômico, o conseqüente desemprego em massa e a concentração altíssima de renda pelos grupos vencedores que se apropriam dos mercados.

O resultado dessa concorrência desleal é um dado absurdo: segundo estudos de analistas econômicos, hoje 90% do PIB mundial é manipulado por cerca de quatrocentos conglomerados de empresas de todo o mundo. São eles que personificam o chamado capital internacional, capaz de abalar a economia de um país em 24 horas, como se pôde perceber, nos últimos tempos, pela queda generalizada das bolsas de valores de inúmeros países.

A crescente concentração de renda e o aumento da pobreza são mostrados de forma clara pelos números a seguir que revelam que, no final da década de 1990,

20% dos mais ricos da população do mundo detêm 82,7% de toda a riqueza e os 20% mais pobres detêm apenas 1,4% dessa riqueza. (...) Em 1960 a diferença entre ricos e pobres era a seguinte: o mais rico detinha trinta vezes mais do que o pobre tinha. Em 1991 o mais rico detém sessenta e uma vezes o que o mais pobre tem (BAVA, 1997, p. 06).

O poder de pressão dos grandes grupos econômicos não encontra limites e, o que é mais grave, conta, até, com a conivência de governos como o nosso para reduzir aquilo que chamam de *custo Brasil*. Para convencer o trabalhador a abrir mão de seus direitos sem reclamar, usa-se uma espécie de chantagem ao se dizer que o país não consegue

atrair investimentos desses grupos enquanto não tornar as relações e compromissos de trabalho mais 'flexíveis'. E tal flexibilização nada mais é que uma *proposta de destituição de direitos* (BAVA, loc.cit.).

O Estado, então, abre mão de seu papel regulador das relações sociais e deixa o mercado se encarregar de promover a desigualdade: o altíssimo índice de desemprego força os salários para baixo e, na situação de desamparo em que se encontram, os trabalhadores perdem direitos sociais e trabalhistas conquistados em anos de mobilização e resistência e são forçados à submissão à nova ordem das coisas.

Essa situação de desequilíbrio entre capital e trabalho (que sempre existiu mas hoje está potencializada) provoca a falência dos mecanismos da democracia. Em todas as instâncias das relações sociais, o poder econômico dá as cartas e controla tudo: quem sobrevive e quem é posto para fora do mercado de trabalho. Há um desestímulo crescente ao coletivo, à organização, ao pensamento crítico<sup>3</sup>.

O contexto deste fim de século, então, é extremamente autoritário. Parece que se decretou o fim da chamada *política de convivência* entre grupos com ideologias distintas e adotou-se outra tática (MACHADO, 1996, p. 09) pela qual se busca desqualificar todo e qualquer discurso oposicionista ou desideologizante. Se aceitarmos a idéia de Lauglo (1997) de que hoje o neoliberalismo reina soberano como ideologia mundial, precisaremos perguntar por que, então, o sistema capitalista parece necessitar da aprovação unânime de todos.

Santos (1996) afirma que parece não haver mais lugar para a interpretação autônoma dos fatos sociais e exige-se a renúncia à interpretação. Há uma espécie de bloqueio moral e social cerceando a liberdade individual de pensar. Ou, no mínimo, cerceando a liberdade de expressar livremente o pensar. E acrescenta que *a guerra contra os monopólios de interpretação está longe de ser ganha* (p.108). Quem controla os meios de produção pretende nos convencer de que a sua leitura da realidade é a única verdadeira. De quem vende sua força de trabalho espera-se que procure se adequar ao modelo padronizado de conduta, de pensamento, de indumentária, de ética, de estética. Uma investigação feita pelo semanário inglês *The Observer* com diferentes consultores de emprego e transcrita por Beynon (1990, p. 34) mostra a que ponto o trabalhador tem de chegar para não ser

cortado do emprego: “Mantenha-se distante da política. Não faz bem a ninguém comparecer a reuniões do sindicato, oficiais ou não. Essa gente nunca se dá bem quando ocorrem cortes na gordura de mão-de-obra”. Há até mesmo uma imposição estética para as contratações: “Mantenha-se em forma e saudável. Quanto mais velho você for, mais importante é projetar um visual sadio e em dia com a ginástica”.

Vê-se que essa situação não é brasileira, nem somente terceiro mundista, é global. Em entrevista concedida a Eduardo Ferraz (*Istoé*/1521, 25-11-98, p. 8), o filósofo alemão Robert Kurz discorre sobre a situação do trabalho na Alemanha:

Houve na Alemanha aquela discussão sobre redução da jornada de trabalho, mas agora nos anos 90 a pressão da concorrência é tão intensa e o nível de desemprego está tão alto que ninguém mais discute essa idéia de redução da jornada de trabalho. Não é mais um tempo de esperança, mas um tempo de medo. Por isso as pessoas estão aceitando condições de trabalho cada vez piores. A crise do sistema provoca a destruição das conquistas do movimento trabalhista. (...) Hoje não se avança mais, só se retrocede.

É nesse contexto pouco animador que estão inseridos as escolas, os docentes e seus mecanismos organizadores, tema que abordaremos a seguir.

### **Por que sofremos da *patologia da participação***

Nos últimos anos houve algumas mudanças nos rumos da escola pública provocados pela implantação progressiva do novo paradigma da qualidade. Mudou também, se não para os docentes, certamente para os órgãos financiadores das escolas, o significado do termo qualidade. Se até há alguns anos educação com qualidade pretendia aliar, na formação do aluno, uma forte base teórica com uma base humanística recheada de valores éticos e de cidadania, hoje a idéia de qualidade na educação tem a forte influência economicista do conceito expresso pelo Banco Mundial: educação de qualidade é aquela que

consegue evitar desperdícios de recursos, sejam eles humanos ou financeiros.

Assim, mesmo sem terem a percepção clara de que estão colaborando com as determinações de um organismo internacional, as escolas da maioria dos Estados estão implantando uma série de medidas que objetivam cumprir as recomendações do Banco Mundial para a redução do custo aluno/ano, especialmente no ensino básico<sup>4</sup>. Essas medidas são bem conhecidas do magistério brasileiro. Envolvem o ciclo básico, a redução da média bimestral do aluno de 7,0 para 5,0, a correção de fluxo, a progressiva municipalização do ensino, o achatamento salarial e os ataques aos direitos conquistados pelo movimento docente organizado durante anos de luta.

Mas, ao contrário do que se esperava, os trabalhadores da educação pouco reagem diante das mudanças propostas pelos governos e que tanto afetam o seu/nosso cotidiano. E, quando reagem, parece não terem mais a força que tinham na década de 80. Aliás, aquela década, apesar de ter sido considerada por muitos como perdida do ponto de vista do crescimento econômico, foi inegavelmente a época de maior mobilização docente, marcada por inúmeras greves vitoriosas, manifestações públicas gigantescas, enfrentamentos de toda ordem com governadores mais ou menos autoritários. Nos setores mais engajados dos movimentos sociais há até uma espécie de saudosismo em relação aos anos 80, que ficaram marcados pelas lutas pela democracia e com as quais se conseguiu derrubar ditaduras de direita e de esquerda no mundo todo.

No contraponto, a década de 90 foi marcada, especialmente no que se refere ao movimento docente, como sendo uma época em que prevalecem algumas das palavras sagradas do atual momento histórico: desmonte, desmobilização, crise “negocial”, crise de representatividade.

Quais seriam os fatores que poderiam ter conduzido o magistério nacional a percorrer uma trilha tão sombria a ponto de podermos pensá-lo como padecendo da *patologia da participação* mencionada por Santos (1996, p. 21)? Pretendemos, empiricamente, levantar algumas hipóteses que consideramos plausíveis e, por isso mesmo, passíveis de defesa. A nosso ver, todas igualmente importantes.

### *Grevismo:*

Uma das causas da desestruturação sindical teria sido a resistência de muitos governadores de Estado em receber representantes docentes para negociar pautas de reivindicações enquanto os professores *não* se encontravam em greve. Isso, de certa forma, pressionou os sindicatos da categoria a recorrerem ao recurso da paralisação das atividades cada vez com mais freqüência, provocando, assim, a banalização de um recurso extremo que só deveria ser utilizado em último caso. E mais: a repressão sofrida nas últimas greves, feita especialmente com o corte dos salários, contribuiu sobremaneira para que muitos hoje se mostrem relutantes no engajamento em movimentos reivindicatórios.

Quebrar a espinha dorsal dos sindicatos, já mencionamos na primeira parte deste estudo, é uma das metas do capitalismo deste fim de século. Mas, outro motivo que leva os governos a se recusarem a aumentar salários de professores são estudos estatísticos levados a efeito por pesquisadores do Banco Mundial que mostram que investir em salários não redundam em aumento da qualidade que se busca em educação. A esse respeito, vejamos o que diz Coraggio (1996):

O Banco **sabe**<sup>5</sup> que reduzir a menos de 40-50 o número de alunos por professor ou aumentar os salários dos professores não contribui de forma eficiente para a melhoria do aprendizado (p.101). O Banco Mundial está empenhado - conjuntamente com o FMI - no "saneamento fiscal" e na redução de funções do Estado (o que explica em parte sua resistência em conceder aumentos salariais aos professores) (p.108).

Essa convicção do Banco é partilhada pelo MEC, conforme se pode verificar pelo texto publicado na revista *Veja* de 2 de dezembro de 1998, p. 34:

Segundo estudo do Ministério da Educação, não há uma relação direta entre o **salário do professor e a qualidade de ensino**.<sup>6</sup> O que conta é como são gastas as demais verbas de educação.

Confira quais são os salários dos professores nos cinco Estados com melhor desempenho na 4ª série do 1º grau e nos cinco piores:

## Os melhores

## Os piores

| Estado            | Salários | Estado      | Salários |
|-------------------|----------|-------------|----------|
| 1. Minas Gerais   | R\$ 480  | 1. Roraima  | R\$ 583  |
| 2. Santa Catarina | R\$ 436  | 2. Acre     | R\$ 283  |
| 3. Paraná         | R\$ 414  | 3. Amapá    | R\$ 883  |
| 4. São Paulo      | R\$ 750  | 4. Alagoas  | R\$ 208  |
| 5. Goiás          | R\$ 291  | 5. Maranhão | R\$ 180  |

Estudos como esses exercem influência nas decisões governamentais (o que implica a não garantia do poder de compra do salário dos professores) e na diminuição do poder da argumentação sindical (que sempre vinculou salário satisfatório com garantia de qualidade de ensino).

*Eleição de diretores de escolas:*

Outro fator a contribuir para a divisão da classe advém, em alguns Estados, dos resultados nem sempre positivos alcançados por uma antiga reivindicação do magistério: a eleição para diretores de escolas<sup>7</sup>. Dessa conquista esperava-se a ampliação e fortalecimento da democracia no ambiente escolar, mas, em alguns casos, contribuiu para estremecer as relações humanas no ambiente de trabalho. As campanhas para as eleições normalmente apresentam mais de um candidato ao cargo e isso divide os funcionários da escola em diversas facções que, despreparadas para debaterem democraticamente propostas e idéias, tomam o posicionamento dos colegas como afronta pessoal. Findo o processo eleitoral, não é raro ver que o novo diretor põe em prática um esquema de retaliações políticas que prejudicam os grupos perdedores ou, principalmente, os candidatos derrotados.

Então, ao invés de agregar o magistério, tal prática desmobiliza pois não raro ocorre que a chefia eleita porta-se de maneira pouco

democrática<sup>8</sup> e permite que possamos transpor para a escola aquilo que Santos (1996, p. 89) pensou para a prática social do cotidiano desta década: *vê-se o aumento do autoritarismo, na forma de microdespotismos burocráticos da mais variada ordem*. É o perigo da proximidade da chefia despótica, que provoca o incentivo ao carreirismo, o cerceamento da liberdade de expressão, o patrulhamento ideológico. O discurso do grupo vencedor desqualifica até a competência técnica de quem pensa diferente. Em situações como essa, o preço a ser pago para ser oposição é alto e cada vez menos são encontrados aqueles que estão dispostos a pagá-lo.

Essas práticas restritivas à democracia prejudicam principalmente o necessário conflito ideológico, sem o qual um grupo não cresce. É consenso entre diversos autores o fato de que se perde muito com a unanimidade forçada. Segundo Lauglo (1997, p. 29), *a característica de uma saudável comunidade científica - e docente - é a existência do desacordo. Há contínua competição entre diferentes perspectivas e diferentes interpretações. Há um constante processo de produzir correções*. Para Japiassu (1995, p. 77), *a democracia não se alimenta do consenso, já que a divisão entre os homens pode ser atenuada, nunca abolida*.

### *Municipalização do ensino básico:*

A descentralização do ensino, traduzida no Brasil principalmente pela municipalização é outro fator de fragmentação dos movimentos docentes. Rosar (1977, p. 113) diz que um dos objetivos da descentralização é *aumentar a participação de certos indivíduos e grupos locais garantindo a hegemonia do grupo ideológico ligado ao governo central*. Também objetivaria a *redução da capacidade dos interesses tradicionais (sindicatos de professores, burocratas do governo central, associações de estudantes etc.)*. Em seu relatório sobre políticas de 1995, intitulado *Prioridades e estratégias para a educação*, o Banco Mundial recomenda a municipalização, apesar de reconhecer que

o controle local nem sempre é mais eficiente e democrático, embora o liberalismo clássico nos predisponha a assumir que seria. Em alguns países, a flexibilidade local pode significar mais poder patronal para aqueles que dominam a política clientelista local (In: LAUGLO, 1997, p. 24).

A municipalização conseguiu minar parte da resistência ativa ao sistema. A experiência mostra que quem desagrada ao chefe local pode conseguir uma transferência, se não no mesmo ano, possivelmente no ano seguinte, para a escola de mais difícil acesso no município. No mínimo. Assim, é bem mais fácil encetar movimentos de resistência quando a chefia despótica e controladora se encontra geograficamente mais distante.

A municipalização do ensino, além de dividir a classe do magistério, deixou sob os cuidados do município a fração dos professores que, ao longo da história, sempre encontrou maiores dificuldades para se organizar em virtude do tempo praticamente integral despendido em sala de aula, no atendimento a alunos da 1ª à 4ª série. Em certos municípios, essa descentralização fez perecer o já minguado esforço de resistência desses docentes.

### *O cerceamento da liberdade de expressão:*

Parte da estratégia usada para provocar a desmobilização e a desmotivação dos docentes engajados na organização sindical já foi mostrada acima. É a perseguição política intensa e sistemática que vem muitas vezes disfarçada ou explicitada em procedimentos que procuram dificultar o cotidiano do professor na escola ou fora dela. Podemos citar como exemplos desses procedimentos: a) as dificuldades criadas em relação a horários de aulas e de trabalho; b) a exoneração de cargos para os quais o professor foi legitimamente eleito; c) o impedimento burocrático ao acesso a bolsas de estudo ou ao gozo de licenças; d) a hostilidade no ambiente de trabalho, provocada pela tática de descaracterizar o discurso do docente e mostrá-lo como fala de esquerdista, de criador de caso, de quem torce para que o pior aconteça

e outras coisas do gênero; e) a rejeição de projetos; f) em certos casos de confronto ideológico mais evidente, a instalação de processos administrativos disciplinares por motivos insignificantes.

Santos (1996) confirma a existência desse policiamento ideológico também em outras esferas da vida social ao lecionar que nunca o indivíduo teve uma vida íntima tão pública e sua liberdade de expressão nunca foi tão sujeita a critérios de correção política como na década atual. Ou seja, vivemos uma época de liberdade *aparente*. A fala fica condicionada ao meio e é difícil manter a independência de pensamento. Além disso, como os ataques se dirigem sempre à individualidade do professor<sup>9</sup> e são mascarados por argumentos falaciosos das mais diversas ordens, fica quase impossível a reação docente sem ficar caracterizado que se está lutando em causa própria.

#### *Atuação do dirigente sindical:*

A quinta causa aponta para os equívocos, talvez involuntários, cometidos pelos dirigentes sindicais. Sabemos que, especialmente após 1989, a mídia nacional encarregou-se de mostrar como atrasado todo pronunciamento que apresentasse caráter socialista ou utópico. Foi, e continua sendo, uma campanha intensa e desleal com o objetivo de descaracterizar não apenas o pensamento de esquerda no Brasil mas também todo e qualquer discurso que possa colocar em cheque os pressupostos caros ao neoliberalismo. Inegavelmente, tal campanha atingiu também determinados setores do magistério, em especial aqueles mais jovens, que não participaram das lutas da década de 80. Esses jovens cresceram ouvindo falar que greves, passeatas, manifestações públicas são sinônimo de desordem social promovida por grupos que têm interesse em desestabilizar os governos para angariarem ganhos político-partidários.

Como boa parte dos dirigentes sindicais defende o pensamento socialista, normalmente filia-se a algum partido político de esquerda. Até aí, nada a criticar, já que todo cidadão é livre para fazer suas opções, principalmente aqueles conscientes da conjuntura econômica injusta que vivemos. O problema talvez esteja em ficar anunciando

publicamente, em toda e qualquer reunião do sindicato, ou mesmo no cotidiano escolar, tais opções. Isso se dá pelo uso de botons ou camisetas com propaganda de partidos políticos ou, entre outras ações, pela panfletagem aberta a favor de alguns candidatos. Esse posicionamento faz com que o líder perca credibilidade diante do conjunto dos filiados, pois não são poucos aqueles que ficam questionando todos os seus discursos e ações como sendo do interesse do partido político e não da classe do magistério.

Talvez falte a muitos dirigentes o chamado senso de oportunidade. É fundamental que se perceba quais são as razões do afastamento dos professores do sindicato. Vemos que há uma enorme preocupação no sentido de se fazer a leitura do contexto nacional, estadual ou mundial e uma certa cegueira quando se trata de fazer a auto-crítica e assumir as responsabilidades individuais pela situação de desmotivação local. O engajamento político-partidário e a militância ostensiva dos dirigentes são fatores que provocam o afastamento daqueles que têm outros posicionamentos políticos e a quem não se pode negar o direito de pensar diferente. O afastamento se dá principalmente quando esses filiados sentem que o objetivo do líder não é trabalhar em prol do fortalecimento da classe mas promover catequese para atingir algum objetivo eleitoral. E ninguém gosta de se sentir usado.

O equívoco está, então, na dificuldade de se compreender que um sindicato não é formado com o objetivo de fazer a apologia de um ou outro partido político e sim para defender os interesses de todos os seus filiados, sejam eles progressistas ou conservadores. Não pretendemos aqui discutir a validade da luta pela transformação da sociedade. Pretendemos questionar se, na atual conjuntura histórica, o engajamento aberto do líder sindical nessa luta realmente contribui para o fortalecimento do sindicato. É interessante lembrar o que diz Santos (1996, p. 107) sobre os atuais interesses das classes trabalhadoras na transformação do sistema vigente:

Mesmo admitindo que a classe operária continua a ter interesse na superação do capitalismo, não parece que tenha capacidade para a levar a cabo. (...) Se defende que ainda tem capacidade,

parece então que já não tem interesse. (...) O interesse está em resolver alguns problemas, mas se a solução se condiciona à superação do capitalismo, começamos imediatamente a sentir que temos muito a perder com ela.

### *A vacuidade do ideal:*

Na citação de Santos é possível perceber a descrença e o desinteresse pela mudança e isso se dá, provavelmente, pela falta que sentimos de um modelo alternativo de sociedade. O ideal está vago. 1989, ano da derrocada dos regimes socialistas, marcou para muitos o fim de um sonho longamente acalentado: o da possibilidade de se construir uma sociedade humana superior, justa, democrática e igualitária. A queda do muro de Berlim possibilitou à imprensa ocidental mostrar, com o exagero indisfarçável de quem tem interesses ocultos, as graves mazelas sociais provocadas pelo regime vigente até então nos países comunistas e abriu os olhos de seus simpatizantes do mundo todo.

O desencanto com a utopia que havia sido coletivamente construída parece ter provocado nos docentes que eram seus antigos defensores uma espécie de recolhimento à vida privada. Expropriados do próprio discurso utópico, começaram a revelar cansaço da luta. Muitos se deram conta de que a pregação sobre a necessidade da emergência de uma nova ordem internacional é infrutífera e se restringe à vontade de uma minoria obstinada mas impotente diante da força avassaladora da conjuntura capitalista. Para Japiassu (1995, p. 83), a ausência de um ideal por que lutar é um dos fatores que levam o ser humano a recolher-se ao comodismo e à inércia:

O fim das certezas, o declínio das verdades, a crise da racionalidade transformaram nossas vidas em simulacros. (...) Se não há mais utopia, então fica mais confortável acreditar que devemos agir em conformidade com os desejos dos outros.

Em resumo, seriam essas, a nosso entender, as principais causas da desmobilização docente: o grevismo e a decisão de governadores de não negociar com os sindicatos e de procurar meios para caracteri-

zar como corporativista a pauta de reivindicações; o clima de confronto que as eleições de diretores consegue provocar em algumas escolas; a descentralização, traduzida na municipalização do ensino, com sua forte carga desagregadora; a constante patrulha ideológica aliada à perseguição política; a divisão da classe em grupos que compreendem o papel do sindicato de forma tão diferente a ponto de dificultarem as alianças em torno da conquista de objetivos comuns; e, enfim, a vacuidade do ideal.

**Entre o guiar e o servir, por que não o opor-se? Ou, como afirmar sem ser cúmplice, criticar sem desertar?<sup>10</sup>**

Até aqui teorizamos, a partir da observação empírica, sobre uma realidade com a qual convivemos no cotidiano da escola pública. Mas, teorizar sobre a realidade talvez mude nossa consciência dos fatos, o modo de olhá-los, mas certamente não muda os fatos. Somente ações concretas mudam os fatos. No entanto, quais ações poderiam ser desenvolvidas de forma que se pudesse ampliar a representatividade dos nossos sindicatos e ainda resgatar a efetiva liberdade de expressão para o professor?

Soluções prontas certamente não existem. Porém, alguém já disse um dia que os educadores temos o discurso da solidariedade e da coletividade e que por isso nos movemos na contramão da história. Então, não podemos deixar que essas qualidades - que fazem uma diferença tão grande no atual contexto de predominância do individualismo e da competição desenfreada - se percam de vez por força das pressões que sofremos diariamente enquanto classe e enquanto indivíduos. Talvez precisemos apenas mudar de tática e aprendermos a expor nossas idéias de uma maneira mais sutil. O importante, segundo Santos (1996, p. 108-109) é que jamais desistamos da guerra contra os monopólios de interpretação da realidade. *É importante que ela (essa guerra) seja conduzida de forma que crie mil outras comunidades interpretativas* - isto é, que cada um tenha o direito de fazer a sua própria leitura dos fatos sociais - e *que não redunde em milhões de renúncias à interpretação*. Renunciar à in-

terpretação é deixar que outros decidam o que é melhor para nós. É nos tornarmos a massa de manobra que tanto abominamos.

Nossa luta deveria, então, ter como objetivo primeiro criar polifonias, pois *mais vale uma verdade prudente e democrática* - mas construída ouvindo o outro, num movimento dialético constante de argumentar e contra-argumentar - *que diversas verdades imprudentes e autoritárias* (SANTOS, loc.cit.). O engajamento que existiu na década de 80 provavelmente não seja mais possível recuperar, mas é possível reencetar o diálogo, seja com a chefia pouco democrática, seja com o líder sindical de cujos encaminhamentos e idéias discordamos. Só não podemos desistir de fazermos nossa parte na história da educação brasileira, esquivando-nos de participar das tomadas de decisões que afetam diretamente nosso trabalho e nossa classe. É ainda Santos (1996, p. 19) quem aconselha quais as ações necessárias:

Em vez da distância crítica, a proximidade crítica. Em vez do compromisso orgânico, o envolvimento livre. Em vez da serenidade complacente, a capacidade de espanto e de revolta. E enfim, afirmar sem ser cúmplice, criticar sem desertar.

Quanto ao organizador sindical, também a ele cabe um importante papel na busca de uma maior participação dos filiados na vida do sindicato, como por exemplo: a) aprender a dialogar com os setores do corpo docente que pensam de maneira diferente; b) com o auxílio desses setores, encontrar soluções para melhorar a qualidade das relações de trabalho; c) não permitir a discriminação ideológica pois o sindicato não representa apenas progressistas ou conservadores, mas representa a todos, independente de credo; d) garantir que, nas assembléias, todos tenham voz e que prevaleça sempre a argumentação saudável e não a força: a democracia efetiva deve ser buscada constantemente; e) procurar realizar análises conjunturais capazes de abordar com imparcialidade erros e acertos de governos e de oposições. Essas medidas poderiam contribuir para aumentar a credibilidade dos dirigentes e para agregar forças na defesa dos interesses da classe.

Sabemos que não há receitas prontas para os problemas apontados, mas não podemos nos esquivar de buscar as soluções. Numa época em que ocorre a ampliação do abismo entre os *países que sa-*

*bem* - porque investem em educação - ciência e pesquisa - e os que *não sabem*, é importante que os países pertencentes ao segundo grupo contem com gente capaz de trabalhar pela educação de forma apaixonada, acreditando no que faz e no que diz. Mas, para que isso aconteça no Brasil há um longo caminho a ser trilhado na construção de espaços mais democráticos, onde o idealismo tenha vez e voz. Porque, se não formos capazes de projetar nossas utopias para o futuro, esse futuro será tão triste e desmotivador quanto o presente.

E é sempre bom lembrarmos que o velho Marx já ensinava que os conflitos não se resolvem, se desenvolvem. Cabe a nós, então, convivemos dialeticamente com eles. E superá-los.

### Notas

1. Grifo nosso.
2. Do inglês: caçadores de cabeças. São os profissionais encarregados de pesquisar o mercado em busca de pessoas com o *curriculum* que as empresas procuram.
3. De acordo com alguns pesquisadores, em grandes centros urbanos já há empresas que optam francamente pela contratação de funcionários que pertençam a religiões fundamentalistas, pois acreditam que tais pessoas reclamariam menos das condições de trabalho e se submeteriam mais passivamente à autoridade patronal. Essa busca por operários passivos é mais um fato preocupante para o contexto da organização sindical.
4. Essas recomendações foram gestadas pelos documentos elaborados em Jontiem, na Tailândia, em 1990, em encontro promovido pelo BIRD, em conjunto com UNICEF e UNESCO, e do qual o Brasil participou. Nessa Conferência Mundial de Educação para Todos foram estudadas políticas para a educação dos países dependentes.
5. Grifo do autor.
6. Grifo da revista.
7. Tenho ciência de que esta é a parte mais polêmica deste estudo, com a qual certamente haverá muitos que discordarão. Mas considero importante que essa questão passe a ser abertamente discu-

tida no seio do magistério, pois o processo de eleição de diretores deve ser aprimorado para que se evitem as cisões que têm provocado em muitas escolas de Estados em que essa prática já se consolidou. Como as observações aqui efetuadas advêm unicamente da atuação da autora em escolas públicas e têm, portanto, base empírica, fica a sugestão a quem se interessar pelo tema para que se efetue uma pesquisa com docentes diretamente envolvidos no processo, para sabermos se realmente a forma como as eleições têm sido conduzidas poderia estar contribuindo para a divisão da classe.

8. Há um velho ditado popular que diz: “Quer conhecer alguém? Dê-lhe poder”. Enquanto professora do estado de Santa Catarina, não raro tivemos oportunidade de ver que o colega democrático e atuante se transformava inexplicavelmente num pequeno ditador aliado do governo do estado quando ascendia, pelo voto, à direção da escola.

9. Raramente é o sindicato quem sofre as retaliações. Espertamente, ataca-se o sindicalista, não em sua ação sindical, mas sim no âmbito de sua atuação como docente.

10. Santos (1996, p. 19) diz que a sociologia debate-se *entre o guiar e o servir*. Lourdes Marcolino Machado (1996, p. 65) também usa a expressão, acrescentando, quando fala da existência de *experts* da educação que ora são docentes, ora são governo e por isso *oscilam entre o guiar, o servir e o opor-se*, mudando de opinião de acordo com seus interesses. Usamos os mesmos verbos nesse título porque consideramos que os docentes, de uma forma geral, também têm de fazer essas opções.

## Referências

BAVA, S. C. O neoliberalismo, o Brasil e as questões da cidadania. *Cadernos do COMIN*. São Leopoldo/RS: IECLB, n.6, 1997, p. 5-11.

BEYNON, H. As práticas do trabalho em mutação. In: ANTUNES, R. (Org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. 4.ed. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 9-38.

CHAUÍ, M. S. Ideologia e educação. *Educação e sociedade*. Campinas, nº 5, jan. 1980, p. 24-40.

CORAGGIO, J. L. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: TOMMASI, L. et alii (orgs.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez: Ação Educativa: PUC-SP, 1996, p. 75-129.

FERRAZ, E. Entrevista com Robert Kurz: *Istoé*, Ed.1521, 25 de nov., 1998.

FRIEDMAN, M. *Capitalismo e liberdade*. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HAYEK, F. A. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Exped: Instituto Liberal, 1984. 221p.

JAPIASSU, H. A crise das ciências humanas. In: FAZENDA, I. (Org.). *A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento*. Campinas: Papirus, 1995, p. 75-86.

LAUGLO, J. Crítica às prioridades e estratégias do Banco Mundial para a educação. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Cortez: Fundação Carlos Chagas, n.100, 1997, p. 11-36.

MACHADO, L. M. *Teatralização do poder: o público e o publicitário na reforma de ensino paulista*. Marília: Unesp, 1996. Tese de doutoramento.

MACHADO, L. M. Mercado global: a esfinge do presente. In SILVA JR., C.A. (Org). *IV Circuito PROGRAD*. São Paulo: UNESP-PROGRAD, 1996, p. 91-106.

ROSAR, M. F. F. A municipalização como estratégia de descentralização e desconstrução do sistema brasileiro. In: OLIVEI-

RA, D. A. (org.). *Gestão democrática da educação*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 105-140.

SANTOS, B. S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

VEJA. Ed. 1575, ano 31, nº 48, 2 de dezembro de 1998.